

NOTAS SOBRE O RISCO BRASIL

A realidade do presente é triste, mas o futuro é muito promissor.

LUIZ ANTÔNIO FAYET*
Economista

SUMÁRIO

Risco econômico da "Empresa Brasil"
Ambiente Institucional
Ambiente Político-Administrativo
Conclusões

Por dever de ofício, há mais de 40 anos trabalho permanentemente fazendo avaliações de riscos, ora para empresas ou projetos específicos, ora para cenários macroeconômicos.

As diversas metodologias empregadas não variam na essência, tanto para um caso como para os outros, pois a economia de um país é por definição o somatório das dos seus habitantes.

A atual discussão sobre o caso brasileiro propicia a oportunidade de se fazer

um exercício sobre nossa realidade e estimar riscos, como nestas notas que extraí de um recente trabalho.

RISCO ECONÔMICO DA "EMPRESA BRASIL"

Começemos por um apanhado sintético e com valores aproximados das contas nacionais, que se parecem com as contas de uma empresa, focando os últimos sete anos:

* N.R.: O autor é economista e consultor de empresas e foi deputado federal, presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), do Banco do Estado do Paraná e do Banco do Brasil.

– o endividamento externo privado saltou de 61 bilhões de dólares em 1994 para 119 bilhões de dólares em 2001, passando a representar perto de 25% do PIB;

– a dívida total do setor público evoluiu de R\$ 153 bilhões em 94 (30% do PIB) para R\$ 660 bilhões em 2001 (54 % do PIB), sendo que parte vem sendo dolarizada e continua crescendo;

– a soma dos juros pagos na dívida pública total alcança a grandeza da ordem de 700 bilhões de reais nos sete anos, ou seja, mais da metade do PIB atual ou, ainda, 16 usinas de Itaipu;

– quando comparamos as receitas e despesas do Governo Federal, constatamos que ele vem obtendo superávites; entretanto, nesta conta não estão incluídos os juros da dívida interna, os quais representaram mais de duas vezes o superávit. Por isso, a dívida continua crescendo;

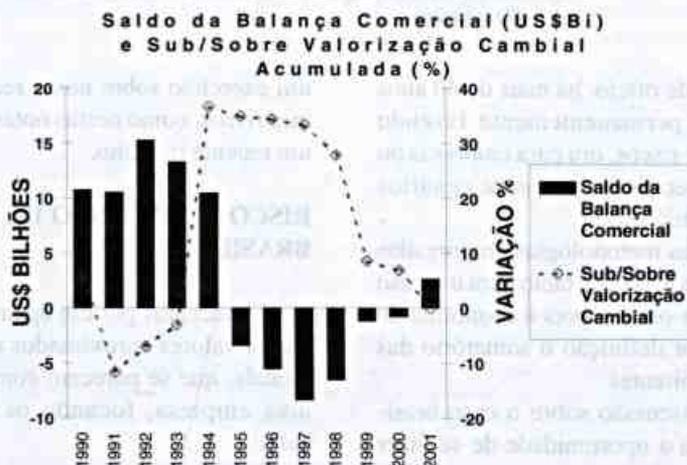
– a carga tributária passou de 23% para 34%, crescendo perto de 40% e atingindo níveis que desafiam a capacidade contributiva de uma população que é muito pobre. Perversamente, este fato determinou que a sonegação fiscal se tornasse uma defesa generalizada dos agentes econômicos;

– a evolução do PIB por habitante foi de 5,5%, menos de 1% ao ano, muito baixa, tendo em vista as necessidades da sociedade. Entretanto, cabe salientar que, se crescer mais rápido, demandará mais infraestrutura, que hoje já está comprometida por deficiências;

– as contas externas nos últimos três anos têm apresentado rombos superiores a 50 bilhões de dólares/ano, requerendo empréstimos e investimentos estrangeiros para se equilibrarem. Tais procedimentos vão determinando uma crescente vulnerabilização e dependência internacionais. Diga-se, alienação da soberania;

– a política cambial durante todo o período manteve o dólar artificialmente barato, beneficiando as importações e dificultando as exportações de bens e serviços. Poderíamos configurar que o governo subsidiou os que venderam ao Brasil e criou uma espécie de imposto para seus exportadores. Adicionalmente, a crise da Argentina prejudica as exportações e poderá significar, em 2002, uma redução de 3 bilhões de dólares, ou mais.

O gráfico a seguir dá uma idéia clara dos desastrosos resultados do período.



FONTES: S. Martenetz Consultoria Econômica, L. A. Fayet e MDIC/SECEX.

Somando-se o que o Brasil deixou de ganhar no comércio externo, em média 12,4 bilhões de dólares/ano, e o que passou a perder, em média 3,3 bilhões de dólares/ano, em sete anos deu de graça para produtores e empregados de outros lugares do mundo um mercado de mais de 110 bilhões de dólares, mais de 20% do PIB. O pior está em que os países ricos defendem o livre comércio mas a cada dia criam mais barreiras nos seus mercados, com sobretaxas (por exemplo: açúcar, sucos e café) e especialmente subsídios para os produtos rurais.

Para manter o equilíbrio anterior, o dólar deveria estar cotado próximo de R\$ 3,00.

A inflação medida pelo IPA e pelo IGP ultrapassam 100%, enquanto o IPCA, que é a medida oficial, fica em 78%, caracterizando a existência de inflação represada. Havendo ajuste no câmbio e crescimento econômico, automaticamente a inflação deverá aumentar levemente, entretanto, sem comprometer o importante equilíbrio relativo conquistado.

No período, os juros primários variaram entre 60% e 17,5% a. a., comprometendo o custo das dívidas internas e a competitividade da produção.

Analisando todos esses dados oficiais, conclui-se que a situação da "Empresa Brasil" é bastante delicada e não tem recuperação a curto prazo.

AMBIENTE INSTITUCIONAL

Fazendo uma análise retrospectiva para dez ou 20 anos, constata-se que o País teve uma grande evolução institucional.

A Constituição de 1988 e outras novas leis aprovadas criaram um quadro de direitos e relações muito mais bem definidos e,

principalmente, procuraram premiar a responsabilidade na gestão pública e punir os desvios.

Entretanto, usando uma expressão bem brasileira, "a lei ainda não pegou"; conseqüentemente, os investidores, e mesmo as pessoas, não se sentem seguros quanto à aplicação das normas legais.

Alguns fatos são flagrantes, como a demora das decisões judiciais, o mau funcionamento dos Procons, a confusão de normas regulatórias das "agências de controle de concessões" etc. Basta ler o noticiário da imprensa para sentir os desencontros.

Essas questões são muito relevantes, pois geram um clima de incertezas e descontrole para os agentes econômicos, que só se aventuram a investir em condições especulativas, ou seja, "ganhar antes de aplicar o seu".

Queiramos ou não, o Brasil não se enquadra no conceito de "institucionalizado" e por isso tem um risco elevado, tanto para investidores de dentro como para os de fora. À medida que as "leis forem pegando" o conceito mudará; de qualquer forma, já melhorou muito, já é um outro país.

AMBIENTE POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

As características do ambiente institucional transbordam para esse campo; há uma grande sensação/constatação na sociedade de que a gestão pública é corrupta e ineficiente e que a impunidade premia os abusos e os criminosos. Logo, os investidores não podem descartar as hipóteses de chantagem e extorsão contra seus negócios.

A criação do estatuto da reeleição para cargos do Executivo e o uso despuadorado e impune das máquinas públicas nas eleições representam um grande retrocesso para o País. São exemplos os casos da contenção forçada do preço do dólar pelo Banco Central e, no Paraná, da redução em 50% nos preços dos pedágios, tudo isso ocorrido no ano eleitoral de 1998. Passadas as eleições, veio a verdade. Hoje, em especial, os ultra-sensíveis mercados financeiros refletem esta síndrome.

O Congresso Nacional, que é e continuará sendo conservador, comporta-se e compõe-se dentro das determinações do Poder Executivo, que tem um forte poder de persuasão não ideológico.

Os partidos políticos, de modo geral, não têm base ideológica; são regidos por conveniências regionais e a legislação específica não favorece melhorias no quadro, mas o sentimento democrático consolidou-se e as diversas correntes de opinião desejam essa consolidação.

Hoje os mais bem posicionados candidatos à Presidência fazem o mesmo discurso, prometendo mudanças na falida política econômica, análoga à da Argentina. Inclusive o candidato governista tenta passar mensagens de mudança.

Ganhe quem ganhar a eleição, terá de estruturar uma base de apoio parlamentar, que será fatalmente conservadora, determinando um baixíssimo risco de radicalismos e, dada a situação econômica e social, se obrigará a "construir um pacto político" para a reconstrução nacional.

CONCLUSÕES

Embora o grande grau de simplificação exposto, pode-se afirmar que o Brasil apre-

senta um elevado risco para operações de curto e médio prazos, pois os fundamentos da economia estão muito fragilizados e não se sabe exatamente como agirá um próximo governo para "iniciar" o longo processo de reversão. Entretanto, como os principais candidatos condenam a política econômica, espera-se que a produção e o emprego passem a ter prioridade.

Os aspectos institucionais e político-administrativos deverão continuar melhorando, mas não recomendam que os investidores exponham-se. Reservas de liquidez e segurança cambial são fundamentais.

Os riscos tipo Movimento dos Sem Terra (MST), violência urbana etc. são frutos

Os riscos tipo MST, violência urbana etc. são frutos da incompetência e da falta de vontade política para resolver as raízes dos problemas

da incompetência e da falta de vontade política para resolver as raízes dos problemas. É possível mudar e existem os meios, principalmente através da austeridade no cumprimento das leis e do crescimento econômico.

O Brasil detém os maiores estoques de

terras agricultáveis e a maior reserva de energia renovável do mundo, uma das maiores disponibilidades de água potável e recursos minerais, um povo bom, criativo e construtivo. Foi um dos países que mais cresceram nos últimos 50 anos e é hoje a fronteira mais promissora do desenvolvimento mundial, independentemente de quem ganhe a Presidência. Para quem deseja estabelecer-se com visão de longo prazo, é provavelmente a melhor opção no planeta, mas necessitará paciência e preparo para a luta.

As linhas do cenário atual são antigas, já foram previstas no meu artigo "Rumo ao iceberg" -junho/1998. Os analistas de risco estão certos, o Brasil foi colocado numa situa-

ção de alta vulnerabilidade, mas, no momento, eles também estão ajudando as especulações, e a mídia, de modo geral, fala o que interessa aos seus patrocinadores, ampliando a confusão. O poder de recuperação de nossa economia é tão grande que, movendo câmbio e ju-

ros, ela poderá gerar o início de uma sólida e revolucionária recuperação, trazendo significativas melhorias nos índices sociais.

A realidade do presente é triste mas o futuro é muito promissor.

Espero chegar vivo até lá.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ECONOMIA> / Risco Brasil;/ Economia do Brasil;

SAUDAR UM NAVIO DE GUERRA AO LARGO

Quando um navio de guerra passa a menos de 200 jardas de outro, saúda-o ou é por ele saudado, dependendo da antiguidade dos comandantes (ou da maior autoridade a bordo). O apito e, em alguns navios de maior porte com fuzileiros navais embarcados, a corneta dão os sinais para as continências individuais de todos os que se achem no convés.

Venha visitar o Espaço Cultural e embarque na história da navegação!



ESPAÇO CULTURAL DA MARINHA

AV. ALFRED AGACHE S/Nº CENTRO - INFORMAÇÕES: (0XX-21) 3870-6025 3870-6870

Ao visitar o Espaço Cultural da Marinha, você vai embarcar numa sensacional viagem pela história do Brasil. Logo na entrada, a exuberante Galeota D. João VI vai transportá-lo ao século XIX. Construída em 1808, em Salvador, esteve em uso até os primeiros governos republicanos.

O Espaço Cultural apresenta mais três módulos. No seu itinerário, percorra a *História da Navegação*, mergulhe na *Arqueologia Subaquática* e conheça a *Coleção Alves Câmara* - composta por modelos de embarcações regionais brasileiras e por ferramentas utilizadas na construção das embarcações. Há ainda uma sala de exposições temporárias, onde a arte também conta a nossa história.

Senhores passageiros, a viagem ainda não terminou. Ela continua a bordo do Navio-Museu *Bauru*, antigo Contratorpedeiro, que participou da Segunda Guerra Mundial e do *Submarino-Museu Riachuelo*, atracado no cais do Espaço.

É a Marinha cada vez mais perto de você, valorizando a cultura e a nossa História.

ABERTO À VISITAÇÃO DE TERÇA A DOMINGO, DE 12H ÀS 17H, COM ENTRADA E ESTACIONAMENTO

